



29 DE SETEMBRO

DIA NACIONAL DE PARALISAÇÕES E LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS

FOTOS: PAULO SEGURA



NOTA CONJUNTA

Unidade de Ação Metalúrgica em Defesa dos Direitos e da Aposentadoria

29 DE SETEMBRO Paralisação Nacional dos Metalúrgicos Rumo à Greve Geral

Mais uma vez, empresários, banqueiros e governos querem jogar a crise da economia nas costas da classe trabalhadora. Quando a economia cresce, os lucros ficam com as grandes empresas e os bancos. Quando vem a crise, ela é jogada nas costas dos trabalhadores: é sobre nós que recaem o desemprego, a eliminação de direitos, o arrocho dos salários.

Chegou a hora de dizer Basta!

Não aceitaremos as mudanças na Previdência Social que vêm sendo anunciadas pelo governo federal, nem as mudanças propostas para as leis trabalhistas, fazendo prevalecer o negociado sobre o legislado, novos tipos de contrato de trabalho, a eliminação de direitos e outros. Precisamos de mais direitos e não menos.

O Brasil precisa acabar com a terceirização e não generalizá-la, como pretende o governo e o PLC 30/15. Queremos emprego decente, redução da jornada de trabalho sem redução salarial, para gerar mais empregos, e a manutenção da NR-12.

Chega de dinheiro para banqueiros! Queremos saúde, educação, moradia e transporte público de qualidade para os trabalhadores e a população. É preciso pôr um fim a esta política econômica que só atende os interesses dos bancos e grandes empresas.

O caminho para que prevaleçam os interesses da classe trabalhadora é a luta. Sindicatos de metalúrgicos do País reunidos na quinta-feira, 8 de setembro, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, convocaram a categoria a lutar em todo o País para barrar todos estes ataques.

Já fizemos sacrifícios demais. Agora chega. Cortar direitos não gera empregos. Nunca conquistamos nada sem lutar. Não vai ser diferente agora. Afirmamos de forma categórica: lutaremos contra qualquer governo que ataque os nossos direitos!

Os metalúrgicos darão um primeiro passo, com uma paralisação nacional na quinta-feira, 29 de setembro de 2016.

Conclamamos à unidade nesta luta todas as Centrais Sindicais, Confederações, Federações e Sindicatos de trabalhadores de todo o Brasil.

Vamos unir todos e todas rumo à Greve Geral para fazer ouvir a nossa voz e valer os nossos direitos.

gicos de entidades de todas as centrais sindicais e com distintas posições políticas.

“Somos mais de 2 milhões de metalúrgicos no Brasil que, em unidade de ação, estarão nas portas de fábricas e nos mais diversos espaços públicos, em todo o País, protestando contra as propostas que tiram direitos e prejudicam a classe trabalhadora”, diz **Miguel Torres**, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) e vice-presidente da Força Sindical.

O protesto deverá contar com o apoio e a participação de outras categorias, rumo a uma greve geral da classe trabalhadora.

Metalúrgicos de todo o Brasil farão manifestações e paralisações na quinta-feira, 29 de setembro de 2016, em todo o País, contra os ataques a direitos trabalhistas, previdenciários e sociais, por parte de entidades patronais, de seus representantes no Congresso Nacional, e do governo.

A proposta deste Dia Nacional de Luta e Paralisações em Defesa dos Direitos foi decidida no dia 8 de setembro, em reunião no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, com presença de dirigentes metalúr-

Nem um direito a menos

- defesa dos direitos (contra a reforma da CLT)
- defesa das aposentadorias (contra a reforma da Previdência)
- contra o desemprego e a terceirização
- redução dos juros
- jornada de 40 horas semanais, sem redução salarial
- contra o desmonte da Justiça do Trabalho
- investimentos em saúde, educação, segurança, transporte e moradia
- Renovação da Frota de Veículos
- retomada do desenvolvimento econômico, com valorização da indústria nacional, mais empregos e direitos, melhores salários, trabalho decente, distribuição de renda e justiça social

AS AMEAÇAS AOS DIREITOS

● EXPANSÃO DA TERCEIRIZAÇÃO SEM LIMITE

Situação: o projeto principal está em discussão no Senado, na Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional.

Comentário: A terceirização, nos moldes propostos, precariza as relações de trabalho, impede a conquista de mais direitos, diminui o salário etc. Um trabalhador terceirizado hoje recebe até 38% a menos que um trabalhador diretamente contratado, segundo do Dieese.

● REDUÇÃO DA IDADE MÍNIMA PARA O TRABALHO DE 16 PARA 14 ANOS

Situação: a proposta aguarda votação do parecer favorável do relator na Comissão de Constituição e Justiça. Depois vai ao exame de uma comissão especial.

Comentário: permitir a redução da idade laboral impede que a criança adquira todas as condições sociais para seu pleno desenvolvimento e resultará numa evasão do sistema de ensino. Vai reduzir o mercado de trabalho dos adultos, pois o preço da mão de obra das crianças será menor.

● NEGOCIAÇÃO DIRETA ENTRE EMPREGADO E EMPREGADOR

Situação: o projeto está em discussão na Comissão do Trabalho da Câmara.

Comentário: a negociação direta fragiliza o trabalhador, pois nesta condição, sem apoio do Sindicato, o trabalhador poderá ser pressionado a fazer acordo lesivo aos seus direitos.

● IMPEDIMENTO DE O EMPREGADO DEMITIDO RECLAMAR NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Situação: o projeto está pronto para votação do parecer favorável do relator.

Comentário: este impedimento prejudicará o trabalhador, que ficaria sem proteção legal em caso de haver perdas, por descumprimento da legislação trabalhista, das verbas rescisórias. Os Sindicatos não poderão ajudar os trabalhadores na homologação.

● SUSPENSÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Situação: o projeto está em discussão na Comissão de Trabalho onde aguarda a apreciação do parecer contrário do relator.

Comentário: a suspensão da relação de trabalho em períodos de crise econômica é transferir para o trabalhador o ônus do investimento, que deve ser do empregador.

● PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO

Situação: o projeto está em discussão na Comissão de Trabalho, onde aguarda parecer do relator.

Comentário: deixa o trabalhador em situação de total vulnerabilidade, pois os Sindicatos mais fracos, menos representativos, tendem a fazer negociações mais rebaixadas, sobretudo nas conjunturas de crise econômica. O patrão poderá impor o que quiser e o trabalhador será pressionado a aceitar as condições que lhe forem impostas.

● PREVALÊNCIA DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DO TRABALHO SOBRE AS INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Situação: este projeto está anexado ao que trata do negociado sobre o legislado.

Comentário: tem o mesmo espírito do projeto negociado sobre o legislado.

● LIVRE ESTIMULAÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS ENTRE TRABALHADOR E EMPREGADOR SEM A PARTICIPAÇÃO DO SINDICATO

Situação: o projeto aguarda votação do parecer favorável do relator na Comissão de Trabalho.

Comentário: a mediação sindical fortalece as relações de trabalho, pois os Sindicatos ajudam na construção de balizas legais para melhorar as condições de trabalho e salariais.

● REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO INTERMITENTE POR DIA OU HORA

Situação: o projeto está em discussão na Comissão do Trabalho, onde aguarda parecer do relator.

Comentário: flexibiliza a jornada de trabalho, que deixa o trabalhador à disposição do empregador, sem, no entanto, pagar por isto.

● ESTABELECIMENTO DO CÓDIGO DE TRABALHO

Situação: o projeto aguarda constituição de comissão especial para sua apreciação.

Comentário: ao instituir a composição entre as partes (empregado e empregador), sem a mediação sindical, precariza a relação considerando que o trabalhador é a parte mais frágil na relação trabalhista.

● SUSTAÇÃO DA NR12 (NORMA REGULAMENTA) SOBRE SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Situação: há um projeto de Decreto Legislativo da Câmara, aguardando constituição de comissão especial para exame da matéria, para depois ser apreciado pelo plenário da Câmara, e há um no Senado, cujo relator emitiu parecer favorável ao texto e está em discussão na CCJ do Senado.

Comentário: a articulação destas proposições passa pelo Legislativo, se estende ao Poder Executivo, onde funciona um grupo de trabalho com representantes patronais, dos trabalhadores e do governo, que debatem com frequência a eficácia das normas e possíveis alterações. O cancelamento da NR 12 deixará o trabalhador mais desprotegido em relação ao manuseio das máquinas e equipamentos como ferramentas de trabalho, facilitando a ocorrência de mutilações, acidentes e mortes.



Reforma da Previdência

O governo deverá enviar para a Câmara Federal, até o final deste mês de setembro, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que institui a idade mínima de 65 anos, com igualdade entre homem e mulher, para aposentadoria. Segundo informações, todos os trabalhadores com menos de 50 anos de idade estarão sujeitos às novas regras quando a proposta for promulgada.

Aqueles com 50 anos ou mais deverão ser submetidos a uma regra de transição, um pedágio de 40% do tempo

que restar para a aposentadoria. Isto é, para quem faltar, por exemplo, 10 meses de contribuição, teria de trabalhar mais quatro, totalizando 14 meses para se aposentar.

A proposta está baseada no mito do déficit e também de que a Previdência Social é a maior despesa no orçamento público federal. O que não é verdade. A Previdência Social é a segunda maior despesa. A primeira é a Dívida Pública, cujo gasto é nada mais, nada menos, que o dobro do gasto com a Previdência Social, que é pública.

